

Museu da Misericórdia, Museu da Cidade?

Daniela dos Santos Silva¹ José Luís Neto²

¹ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). ² Prima Folia –
Cooperativa Cultural

Resumo: Neste artigo procuramos expor as dinâmicas económicas, políticas e sociais que levaram à criação de um museu da cidade em Setúbal (Portugal). A sua concretização resulta de um equilíbrio frágil de vontades de diversas instituições, com objectivos distintos e chefiados por elites beligerantes, que digladiavam-se pela conquista da hegemonia e domínio total da cidade.

Abstract: *In this paper we try to expose the economic, political and social dynamics that resulted in the creation of a city's museum, in Setúbal (Portugal). Its materialization results of a thin balance between distinct institutions, with their own aims, leaded by belligerent elites that fought for the conquest of hegemony and total dominion of this city.*

O pano de fundo

A afirmação do primado cientista, no caso português, nasce com o liberalismo político, no início do Século XIX. Aos poucos, as elites intelectualizadas vão revelando um fascínio pelo experimentalismo científico, sendo que tal se torna claramente evidente na denominada geração de 70. Antero de Quental, Eça de Queiroz, Leonardo Coimbra, Oliveira Martins e Alfredo Pimenta, entre outros, representam essa geração, arejada e europeísta, que troça de Darwin e da sua raiz simiesca, mas que adopta a cartilha evolucionista contra o ultramontismo religioso ainda bem vivo, defensor do criacionismo. Apesar de Portugal não ter sido palco

de grandes polémicas devido a estas duas visões e explicações do mundo, não nos devemos deixar iludir, pois a revolta da Maria da Fonte, imitada um pouco por todo o território, revelava um país ainda profundamente dividido entre uma mentalidade urbana, industrialista, democrática, meritocrática e desenvolvimentista em conflito com uma mentalidade rural, pré-industrial, baseada no sangue e nas tradições.

A guerra civil que opôs estas mundividências em conflito terminara em 1834 após oito anos de ímpeto fratricida, mas isso não passara de um prelúdio da contenda, que se digladiava em planos mais concretos da existência. Essa elite, urbana e intelectualizada, naturalmente vai pender, em clara maioria, para o republicanismo que começa a despontar na década de 80 do Século XIX. O Rotativismo governativo e parlamentar monárquico dava mostras evidentes de cansaço, incapaz que estava de suprir as necessidades elementares da população portuguesa. À sombra das cidades do litoral, o operariado começa a organizar-se em torno das ideologias anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas, exigindo melhores condições de vida. As novas elites industrialistas concentram-se, com os intelectuais e cerram fileiras no Partido Republicano Português.

O museu de Setúbal como reivindicação política republicana

O final da monarquia é um período fértil em conflitos sociais e em questionar os paradigmas civilizacionais. Os campos de combate entre as distintas ideologias e concepções do poder, dá-se muito para lá das urnas em dias de eleições, prolonga-se também para os campos da educação e da história. Setúbal tem papel importante nesse combate, sendo que cedo se revela tendencialmente republicana e inclinada às correntes anarco-sindicalistas e socialistas.

Na segunda metade do Século XIX vai surgir, em Setúbal, um novo tipo de indústria que abalará não só a economia, mas também a demografia e a composição social – essa é a indústria conserveira. Contingentes migratórios muito significativos, oriundos tanto do Norte como do Sul do país aqui confluem, com vista ao trabalho da pesca, no caso masculino e na indústria das conservas, no caso feminino. A área ocupada de Setúbal excede e rompe a linha das muralhas da Restauração. Os armadores das embarcações piscatórias e os donos de fábricas criam o Bairro Salgado e os morros oriental e ocidental da cidade enchem-se de habitações precárias destes imigrantes pobres, em verdadeiros bairros de lata.

O poder da antiga aristocracia, assente na posse da terra e na exploração das marinhas, conservadora e monárquica, vê o seu poder diminuído com as baixas de produção e confronta-se com uma nova aristocracia, industrial e urbana,

vanguardista e republicana, que possui poder financeiro para a confrontar. O choque entre as antigas e novas elites é inevitável, bem como, nas miseráveis condições de vida dos pescadores e das operárias, também é natural que as novas teorias anarco-sindicalistas e marxistas se ateiem muito rapidamente. Vive-se um clima quase marcial nesta nova Setúbal do final de Oitocentos e dealbar de Novecentos. Esta nova elite, na maior parte dos casos, recém-chegada a Setúbal, como forma de legitimar-se, dentro da estratégia republicana, alia-se aos intelectuais e concentram-se em volta de dois periódicos, o O SUL, de duração efémera e O ELMANO, periódico notável a todos os títulos. É através destes meios de comunicação que vão fazer ouvir as suas perspectivas e oferecer novas soluções. É com este horizonte que podemos observar o que estes periódicos dizem e afirmam da autarquia.

A 2 de Outubro de 1897, institui-se um museu dentro da Biblioteca Municipal, a partir da doada colecção de numismática de Barbuda Cabral. A atitude é louvada junto da opinião pública, contudo, O ELMANO deixa o aviso para que esta iniciativa não se resuma a este núcleo. A 23 de Setembro de 1899, o museu passa para os Paços do Concelho, onde ocupa uma sala. A autarquia inicia os seus esforços para recuperar o espólio da Sociedade Arqueológica Lusitana, mas entre 1899 e 1905 não obtém qualquer resultado. Não é de crer que o esforço tenha sido profundo, mas permitiu capitalizar os herdeiros dos fundadores para o lado republicano.

A Sociedade Arqueológica Lusitana, foi a primeira associação arqueológica do país (Martins, A. C. 2003; Machado, J. T. 1987). Durante sete anos desenvolveu diversas campanhas de escavação em Tróia. Anos mais tarde, depositam os materiais recolhidos na Sociedade Nacional de Belas-Artes, com o objectivo de os devolver a Setúbal assim que fosse criado um museu. Quando a Câmara Municipal reclama a colecção, esta já não é devolvida, mercê da influência de José Leite de Vasconcellos, fundador e director do Museu Nacional de Arqueologia, que muito se interessou por esta (Carvalho, J. C. A, 1890). As notas coligidas por Fernando Castelo-Branco, nos anos de 1960, junto dos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia, dão novas pistas sobre este processo, bem como reforçam as nossas lacunas sobre o mesmo (Neto, J. L, 2011). O Museu Nacional de Arqueologia afirma que este espólio não faz parte das suas colecções. Trata-se de mais um assunto que teima em permanecer em aberto, mas que foi decisivo à época.

Por esta altura a pressão da opinião pública era enorme sobre a autarquia e, com a publicação da abertura do Museu de Alcácer do Sal (Serrão, E. C., 1964), num espaço unicamente destinado a ser instituição museológica, a 18 de Janeiro

de 1905, apadrinhado por Leite de Vasconcelos e criado por Francisco Galamba e Joaquim Correia Baptista, o escândalo estala, pelo menos nalguns periódicos locais. Aliás, o facto da primeira campanha de conservação e restauro promovida pela autarquia, em 1904, no pelourinho, ter sido apelidada de um mero avivar das letras e instalação de um gradeamento de protecção no monumento, já deixava adivinhar animosidade. O porquê desta animosidade é bastante interessante, pois trata-se de um conflito museal pela hegemonia e legitimidade cultural da cidade, saldando-se numa clamorosa derrota por parte dos dirigentes da autarquia, que eram monárquicos. De facto, um movimento saído do Clube Setubalense, em 1901, vem gerar uma comissão constituída por Ana de Castro Osório, Paulino de Oliveira, João Carlos Botelho Moniz, Manuel Maria Portela, Luís Teixeira de Macedo e Castro, António Carlos da Costa Botelho Moniz, António Inácio Marques da Costa, Francisco Paula Borba e Francisco Joaquim Aires de Soveral. Da sua representação à autarquia, citemos apenas um fragmento, mais que elucidativo:

Parece-nos, pois, Senhores que a criação de um museu que seja ensino do passado e incentivo para o futuro, é da mais urgente necessidade n'uma terra que deseja progredir, não somente pelo numero das suas fabricas e enriquecendo as suas industrias e o commercio, como educando os seus filhos e mostrando aos estranhos que a passo e passo se vae engrandecendo materialmente, vae educando a intelligencia, rasgando vasto campo para exercer as aptidões artísticas do povo, que as tem incontestáveis. Nas vossas mãos está hoje entregue a direcção do município, e por isso a vós nos dirigimos para que nos auxilieis com o vosso concurso para a criação de um museu regional que nos antolha ser um dos melhoramentos inadiáveis n'uma cidade da importância da nossa. (O Sul - 01de Dezembro de 1901, p. 3)

Esta exigência não foi atendida, e como tal, levou a uma animosidade para com a autarquia que demorou tempo a ser sanada. Aliás, o próprio Leite de Vasconcelos apoiou publicamente o projecto de Ana de Castro Osório, numa pequena nota intitulada Projecto de Museu Archeologico em Setúbal (O Archeologo Português, 1.ª série, volume VII, Museu Ethnologico Português/Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 18-22.)

Apesar da implantação da república, esta questão permanece por resolver. Várias são as opiniões na opinião pública que se fazem sentir a propósito desta matéria, mas o novo sistema, tal como o anterior, tinha outras prioridades e emergências a acudir. Caso paradigmático é a Casa do Corpo Santo que albergou, desde 1910, a Repartição do Registo Civil, a sede dos Combatentes da Grande Guerra e a oficina

municipal de Aferição dos Pesos e Medidas. Apenas em 1932 surge o pedido de cedência do espaço pela Comissão de Iniciativa de Setúbal, que aí pretendeu colocar os seus serviços e um “Museu Regional”. Em 1933 o imóvel é classificado como Imóvel de Interesse Público. Vários notáveis o frequentam, sendo muito elogiado. Em 1942 este museu já está definitivamente encerrado (Neto, J. L. 2001), visto que ali passou a funcionar a Sub-delegação Regional da Mocidade Portuguesa. Tal justifica-se, pois é a partir de finais dos anos 30 que se cria um novo museu (Duarte, A., 2001) dentro dos Paços do Concelho, distendido por várias salas, albergando as colecções doadas por D. Olga Morais Sarmiento. Cerca de dez anos mais tarde, estas vêm ainda albergar a colecção dos “Primitivos Portugueses”, que consistia no conjunto de pinturas retabulares da autoria de Jorge Afonso, que haviam sido recuperadas para a exposição do “Mundo Português”, em Lisboa, complementadas com algumas outras peças, nomeadamente de ourivesaria, da Santa Casa da Misericórdia.

O templo sagrado da identidade

A entrada do Convento de Jesus para a posse da Santa Casa da Misericórdia provocou a reunião de duas das três mais importantes colecções artísticas e históricas existentes na cidade de Setúbal. Ao tesouro da Misericórdia, constituído por peças de ourivesaria e joalheria de grande qualidade, bem como de um vasto espólio artístico e um riquíssimo acervo documental e bibliográfico, veio juntar-se parte da colecção artística do Convento de Jesus, de freiras Clarissas, constituído por um belo retábulo de Jorge Afonso, pintor régio de D. Manuel e D. João III, bem como outras obras de grande qualidade, quer de pintura, quer de escultura, para além do edifício em si mesmo.

O edifício entrou na posse da Santa Casa em 1892, por Decreto Régio, tendo aquela instituição, pouco depois, começado a investir em conservação e restauro de partes ou peças do espaço conventual. Para além, investe na criação de uma Sala Museológica (antiga Sala do Capitulo), com peças arqueológicas e outras de arte.

A monumentalidade do edifício, a sua centralidade e estas acções levam a que, aquando da apresentação republicana para a criação de um museu, o espaço conventual surja como um ideal. Ana de Castro Osório declara:

...Se fossemos bastante ricos para edificarmos uma casa com todas as condições que a hygiene requer nas modernas habitações hospitalares, de construção ligeira, rez-do-chão, bem arejada e dividida propositada para

o fim a que se destinava, não hesitaríamos um instante em propor á Santa Casa da Misericórdia a troca por essa jóia de inestimável preço que se chama Convento de Jesus. Ahi instalaríamos o museu que Setúbal requer, n'essa casa que já por si representa um momento único de grandeza na história artística do paiz, e que hoje, embora menos mal conservado, não é respeitado como devem ser os monumentos d'arte. (O Sul, 01de Dezembro de 1901, p. 3)

Esta fusão, entre o Convento de Jesus e a ideia de um museu da cidade, não mais será abandonada desde então. O primeiro a reabilitá-la é o médico e Provedor da Instituição Francisco Paula Borba (Silva, D. S. 2010). Para além da sua actividade profissional, tinha um outro interesse: a arte. Tinha também perfeita consciência de que as alfaias litúrgicas em ouro e prata, bem como outros objectos semelhantes, tinham considerável valor monetário, e que, o facto de não existir um inventário das mesmas, bem como de não estarem reunidas fisicamente num mesmo espaço, mas sim dispersas, favoreceria tanto o seu extravio, como a sua utilização indiscriminada e possíveis apropriações indevidas. São estas as razões que apresenta como fundamento para a criação de uma Sala Museu da Misericórdia, no Coro Alto da Igreja do Convento, cujo objectivo principal não era unicamente a sua exposição mas sim a sua protecção. Desta forma, logo em Outubro de 1917, ainda recém-eleito, decide que se reúnam todos os objectos de valor artístico num único local, e declara que a própria população da cidade, (...) também ela velará pela conservação e posse d'esses valores (...).

Só nos anos quarenta do século XX, já durante o Estado Novo, a ideia de Museu é consolidada e renovada, muito em virtude das obras de arte religiosa que a Misericórdia detinha.

Em sessão de 8 de Novembro de 1940, o Provedor, Luís Teixeira de Macedo e Castro, (re)concebe a ideia de se instituir um Museu da Misericórdia. Refere-se ao seu predecessor que reuniu (...) paramentos, imagens, quadros e vários objectos de grande valor artístico que andavam dispersos e recolhendo-os depois no coro da Igreja de Jesus, preservando assim de muitos riscos peças (...) valiosas ao património artistico da Misericórdia (...), e afirma: (...) É preciso dar-lhes ordem e constituir com esses objectos o Museu da Misericórdia, no verdadeiro significado d'esta palavra.

Refere-se que se chegou a entrar em contacto com João Couto, Director do Museu de Arte Antiga de Lisboa, ao qual foi apresentada a mesma proposta, e que este: (...) concordou com as linhas gerais do que se projectou fazer, tendo as mais

gratas palavras de incitamento para que se leve a efeito o que ele clarificou de feliz iniciativa, e oferecendo-se muito espontaneamente para lhe dar o seu auxilio e colaboração (...).

Porém, este projecto iniciado por Luís Macedo e Castro, que na altura exercia funções de Provedor na Misericórdia de Setúbal, não teve continuidade, pois a sua demissão veio interromper estes planos, sem seguimento pelas gerências seguintes, até ao seu retorno à instituição em 1945.

Mas o verdadeiro interesse na criação do museu, passa rapidamente a prender-se com o conjunto retabular, pertencente à Igreja do Convento de Jesus, que aí se encontrava exposto. Estas peças, bem como as alfaías litúrgicas de maior valor, foram frequentemente requeridas pela Comissão Nacional de Centenários para serem expostas, em representação nacional, tanto no estrangeiro, como nas exposições realizadas em Portugal designadamente na Exposição Colonial de Paris (1931) e na exposição Mundo Português (1940).

Em 1948, o Governador Civil do Distrito de Setúbal, Francisco Correia Figueira conjuntamente com a Mesa Administrativa da Misericórdia, e coadjuvado pela consultoria do Director do Museu de Arte Antiga, João Couto, são colocadas as peças do retábulo numa sala do edifício dos Paços do Conselho, cedida pela edilidade temporariamente, até estarem terminadas as obras no Hospital. A Câmara comprometeu-se a colocar um dístico na entrada das salas com a indicação expressa de que estas foram cedidas para expor objectos do seu património, bem como de as manter abertas ao público, todos os dias, com excepção da segunda-feira, sendo que o preço de cada entrada ficaria fixado em 2 escudos (excepto ao domingo), e a sua receita reverteria para a Misericórdia e Orfanato Municipal Sidónio Pais.

Em virtude do empenhamento das gerências da Misericórdia na prioridade do projecto para a construção do novo Hospital Regional, o pequeno museu da Misericórdia permanece, até 1958, nessas instalações camarárias. Em 1957, porém, sendo provedor Carlos Aníbal Patrício Paúl é referida uma futura instalação do Museu da Misericórdia nos claustros do Convento de Jesus, decisão que não se concretizou. Contudo, João Botelho Moniz Borba, que seguiu Carlos A. P. Paúl na gerência da Misericórdia, mostra a sua preocupação com o estado de conservação dos quadros expostos nas Salas da Câmara Municipal em 1958.

Materializar uma exigência secular

O decreto da cedência do convento em 1892 atrás referido estabelece que, quando o edifício deixasse de ter a aplicação assistencial para que fora concedido, reverteria para o Estado central. É esta questão com que se depara João Botelho Moniz Borba, Provedor da Instituição a partir de 1957, e filho de Francisco de Paula Borba.

Em reunião com o Governo Civil e Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos, realizada em virtude da ampliação e adaptação dos seus respectivos serviços que permaneceriam em instalações anexas ao edifício, João B. M. Borba refere essa questão e apresenta, seguidamente uma proposta: que a parte do antigo convento de Jesus, deva ser instalado o Museu da Cidade, reservando dois anexos do edifício para as enfermarias dos tuberculosos, permanecendo assim, a vertente assistencial do imóvel. Esta proposta foi aprovada posteriormente por despacho de 20 de Fevereiro de 1958, pela Secretaria de Estado da Assistência Social em completo acordo com a proposta apresentada pelo provedor da Misericórdia.

As razões que fazem com que o Museu da Misericórdia venha a ser, afinal, um Museu da Cidade podem ser desta forma justificadas (Silva, D. S. 2010). Talvez se o Museu pretendido por João B. M. Borba passasse a ter a dimensão e magnitude que tem um Museu da Cidade ou um Museu Regional, isso fizesse com que o edifício não revertisse para o Estado. Ao referir-se a Museu Regional de Setúbal, no projecto apresentado no Relatório de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de 1958, pretende dar, ao mesmo, não só um carácter municipal ao Museu, mas muito mais abrangente, que para o Estado Novo, estava em completa concordância com a legislação e com os respectivos discursos, sobre a temática museológica e patrimonial.

Contudo, a ideia de Museu Regional não surge mais, e aquilo que se planeia e inaugura é de facto um Museu da Cidade, sob a direcção de João Botelho Moniz Borba para isso nomeado em delegação da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Numa posterior reunião com o Ministro das Obras Públicas e o Governador Civil, realizada em 3 de Dezembro de 1959, são já decididas as obras de adaptação a fazer para se instalar o Museu da Cidade.

Em Abril de 1961, quando pede a sua demissão do cargo de provedor, Moniz Borba, refere-se assim à origem do museu, bem como à sua finalidade e o seu entendimento sobre o mesmo: (...) Museu da Misericórdia? Sim, porque o maior e mais valioso património a ela pertence. Mas dadas as condições excepcionais únicas

que o edifício oferece logo ocorreu a Câmara Municipal a confiar à nossa guarda o recheio das Salas Dona Olga Morais Sarmiento e o opulento espólio arqueológico recebido pelo senhor doutor José Marques da Costa, nas recentes escavações das obras de saneamento da cidade. As obras executadas pela Direcção Gerall dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a colaboração da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida (...) permitiram abrir ao público no dia cinco de Fevereiro do corrente ano o que pelo conjunto que se lhe oferece se deve denominar “Museu da Cidade”. Depois refere-se aos esforços de João Couto, Director do Museu Nacional de Arte Antiga que (...) organizando uma exposição temporária (...), publicando artigos em revistas de especialidade, deram em pouco tempo uma dose de grande relevo ao que é hoje conhecido pelo Museu de Setúbal (...).

O Museu quando iniciou o seu funcionamento tinha 4 funcionários, sendo que os salários de três eram suportados pela Comissão de Turismo da Serra da Arrábida que suportava também as despesas de limpeza do edifício, e a Câmara suportava o quarto empregado. A Misericórdia pagava a luz e a água consumida.

Notas Conclusivas

Esta ideia de Museu, passa de geração em geração, sendo sempre enunciada e defendida pelas elites locais ao longo de todo este período.

Há uma fé absoluta no progresso, no positivismo, na ciência e educação. Trata-se de Museu que não nasce, definitivamente, do Romantismo, do saudosismo e da sensação de perda de identidade.

O objectivo deste Museu, para além de conservacionista, era pedagógico, projecto baseado no serviço cívico e no serviço educativo. Posto isto, se o museu tivesse sido criado em 1901, seria o mais inovador projecto de Museu ibérico. Todavia, não o foi, e as suas portas só se abrem 60 anos depois, onde a preocupação conservacionista claramente predomina. O Museu de Moniz Borba, em 1961, destina-se às elites e não ao povo da cidade.

Em suma, Tempus fugit.

Referencias Bibliográficas.

MARTINS, A. C. (2003) As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos in *Archaia*, n.os 3, 4 e 5, Madrid, pp. 65 – 85.

MACHADO, J. T. (1987) Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia in *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, vol. 1, Santiago do Cacém, (separata)

NETO, J. L. (2011) A colecção da Sociedade Arqueológica Lusitana e a localização de Cetóbriga – Apointamentos de investigação de Fernando Castelo-Branco in *Actas II Encontro de Estudos Locais*, Ed. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, pp. 257 – 265

SERRÃO, E. C. (1964) Um pequeno museu arqueológico regional in *Arqueologia e História*, volume 11, Lisboa, pp. 105 – 125

NETO, J. L. (2001) A Casa do Corpo Santo – de sede de confraria a núcleo museológico in *Subsídios para a História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, pp. 17 – 24 (p.21).

DUARTE, A. (2001) Subsídios para a História dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para a História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, pp. 3 – 15 (p.4)

SILVA, D. S. (2010), *Rituais e celebrações públicas da assistência em Setúbal, do final da monarquia constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE – IUL, Lisboa.

Fontes

CARVALHO, J. C. (1890), *A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas da ruinas de Troia, e onde se acham depositadas*. O Sul - 01 de Dezembro de 1901

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (Livros de Actas da Mesa Administrativa 1910-1927; 1936-1941; 1946-1951; 1951-1958; 1958-1967; Relatórios de Gerência 1948; 1957)